

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS  
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE  
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE  
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL  
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

## ANÁLISE E PROPOSTA PARA MOBILIDADE URBANA CICLÍSTICA EM MACAPÁ – AP

Transportes Alternativos e Potencialidades

**Adrienne Azevedo, Leticia Martel Kuwahara, Douglas Kauã Cardoso Machado, Victória Reis Carvalho, Livia Suelem Silva Ribeiro.**

Graduandos em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: dri\_azvdo@hotmail.com.

### RESUMO EXPANDIDO

O presente artigo objetiva analisar e discutir aspectos da mobilidade urbana ciclística em Macapá; assim, contextualiza o uso de bicicletas, como forma de apreender sua relevância no cenário citadino atual. No Brasil, foi importada durante o século XIX, e popularizada entre operários e trabalhadores do comércio; em seguida, com o espraiamento de centros urbanos e maior poder aquisitivo da população, as mesmas são substituídas por veículos motorizados e, durante a transição para o séc. XXI, os conflitos evidenciam a necessidade de rever modos de vida; logo, o planejamento retoma a relevância da dimensão humana, valorizando o pedestre e o espaço público como local de encontro. Assim, a população muda suas convicções e a bicicleta retoma seu valor como meio de transporte. Adiante, se faz necessário entender a mobilidade urbana através de conceitos teóricos e legislativos, a fim de compreender a problemática acerca da malha, em relação ao transporte não motorizado. De acordo com o Ministério das Cidades, mobilidade urbana é o atributo executado pelo deslocamento de pessoas e bens no espaço. A locomoção deve oportunizar acesso às diferentes parcelas sociais, sendo a mobilidade ligada a diversos aspectos da qualidade de vida, como custo, tempo de viagens, poluição atmosférica e risco de acidentes. Na legislação, essa perspectiva é relativamente nova, tendo a sustentabilidade como desencadeadora dessas práticas. No país, o uso da bicicleta está previsto no Código Brasileiro de Trânsito (CTB), representado positivamente como veículo sustentável e igualmente passível de punições, com leis específicas para utilização. Seu uso proporciona qualidade de vida e reduz a quantidade de automóveis, poluentes, e custos de aquisição e manutenção. Os planos e políticas nacionais priorizam a expansão da malha viária com enfoque principal no transporte coletivo. Quanto ao uso dos não motorizados, os planejamentos apresentam-se em fase de construção de medidas pontuais. A lei nº 12.587/2012 determina priorização em planos municipais, entretanto, Macapá ainda não conta com plano de mobilidade, enquanto o Plano Diretor apresenta apenas incentivos ao uso voltado ao lazer e turismo sustentável. Esta produção visa mapear rotas de ciclovias e faixas, sua infraestrutura e condições físicas. Os procedimentos metodológicos são: consultar bibliografia e cartografia; realizar visitas de campo para investigar, fotografar e compreender os usos, fluxos e tráfego. De acordo com análises, Macapá está se desenvolvendo urbanisticamente em favorecimento de

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS  
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE  
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE  
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL  
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

automóveis e, mesmo com espaços destinados, não há infraestrutura adequada para atender a forte cultura de utilização da bicicleta enquanto transporte, dificultando mais a prática quando em conjunto com a falta de responsabilidade dos demais usuários do espaço urbano. Dessa forma, conclui-se com proposta de revisão de ciclorrota na cidade, propondo um trajeto por vias cicláveis com maior infraestrutura de segurança e reconhecimento.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Mobilidade urbana; transporte não motorizado; bicicleta.